



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	07040000482/13	26/07/2013 15:39:24	AGÊNCIA ESPECIAL DE UNAI
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00299028-1 / ANTÔNIO JOSÉ ARAÚJO SILVA		2.2 CPF/CNPJ: 317.194.651-34	
2.3 Endereço: RUA ALBA GONZAGA, 108		2.4 Bairro: CENTRO	
2.5 Município: UNAI		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.610-000
2.8 Telefone(s): (38) 3676-3788		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00299028-1 / ANTÔNIO JOSÉ ARAÚJO SILVA		3.2 CPF/CNPJ: 317.194.651-34	
3.3 Endereço: RUA ALBA GONZAGA, 108		3.4 Bairro: CENTRO	
3.5 Município: UNAI		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 38.610-000
3.8 Telefone(s): (38) 3676-3788		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: P. A. Eldorado dos Carajas - Lote 04		4.2 Área Total (ha): 9,9847	
4.3 Município/Distrito: UNAI/Garapuava		4.4 INCRA (CCIR): 4041010557863	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 11.129/14.18 Livro: 2 -RG Folha: R - 4 Comarca: UNAI			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 343.344	Datum: SAD-69	
	Y(7): 8.234.503	Fuso: 23K	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 28,73% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
Cerrado			9,9847
Total			9,9847
5.8 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
Nativa - com exploração sustentável/manejo			9,5000
Infra-estrutura			0,4847
Total			9,9847

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				0,0000
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		0,0000
		Outro: 0		0,0000
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			9,5000	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			9,5000	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Cerrado				9,5000
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Cerrado				9,5000
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SAD-69	23L	343.186	8.234.124
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto		Especificação		Área (ha)
Agricultura				6,0000
Outros		Horticultura e avicultura.		3,5000
Total				9,5000
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA	Lenha para uso doméstico.	171,00	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria: 0		10.2.2 Diâmetro(m): 0		10.2.3 Altura(m):
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar): 0 (dias)				
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc): 0				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc): 0				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade:ALTA.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**Histórico**

O processo foi formalizado em 26/07/2013 com nº. 07040000482/13.

Vistoria realizada em 04 de Setembro de 2013, pela servidora Marina Gonçalves Vieira foi acompanhada pelo Sr. Eduardo Valente Avelino consultor do processo em questão.

O responsável pela intervenção ambiental é o proprietário Sr. Antônio José Araújo Silva.

Este parecer foi emitido em 07/10/2013.

2. Objetivos

O objetivo deste parecer é analisar a solicitação em requerimento para Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca na área de 9,50 ha. (nove hectares e cinquenta ares), com pretensões ao uso alternativo do solo para fins de implantação de projetos de agricultura em 6,00 ha. (seis hectares) e outros em 3,50 (três hectares e cinquenta ares) necessária à subsistência dos moradores do lote em questão.

3. Caracterização do Empreendimento

O imóvel rural denominado Projeto de Assentamento Eldorado dos Carajás situado no município de Unaí/MG sob matrícula nº. 14.180 e 11.129, livro 2, fichas A/B/C; do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Unaí; com área total de 1.614,6968 ha. (um mil seiscentos e quatorze hectares, sessenta e nove ares e sessenta e oito centiares).

A propriedade possui sede com construções de alvenaria, áreas coletivas e comunitárias. A atividade principal do empreendimento é de Assentamento para fins de Reforma Agrária; o mesmo já possui uma Autorização Ambiental de Funcionamento de nº. 00473/2013 vigente, em nome de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - MG.

Os recursos hidrológicos no imóvel estão representados pela Microbacia do Rio São Miguel, diretamente pela sub-bacia do Rio Urucuia, pertencente à Bacia do Rio São Francisco e as margens do Ribeirão São Miguel, ainda conta dentro da mesma com o Córrego Fogos e com algumas Veredas no Interior do imóvel.

As Áreas de Preservação Permanentes do Projeto de Assentamento encontram-se em ótimo estado de preservação com presença de cobertura vegetal natural em todas suas extensões atendendo a legislação ambiental vigente 14.309/02.

O empreendimento rural possui solos classificação como Latossolo Vermelho, Latossolo Vermelho Amarelo e Cambissolo.

O relevo tem predominância de plano a suavemente inclinado.

De maneira geral o meio físico do empreendimento apresenta-se com boas condições de preservação consonantes entre o relevo o solo e a vegetação natural sem indícios de degradações.

A Área de Reserva Legal do empreendimento rural está Demarcada e a averbação se dará conforme Termo de Compromisso para fins de regularização de Reserva Legal anexado a este processo na folha 31, a mesma não será inferior a 20 % da área total da propriedade para atendimento as Leis Estaduais 14.309/02 e 18.365/09.

A Área de Reserva Legal não poderá sofrer nenhum tipo de intervenção antrópica, tais como: desmate / corte de árvores; limpeza do sub-bosque; queimadas ou caça; pastagem de animais, etc. Devendo fazer a proteção da mesma com cerca de arame e construção de aceiros nas divisas com terceiros.

O empreendimento possui áreas remanescentes com cobertura vegetal nativa passíveis de exploração dentro dos lotes.

A flora e a Fauna estão representadas por ocorrência de espécies comuns do Bioma Cerrado.

4. Da Autorização para Intervenção Ambiental**Da Área Objeto**

Vistoriou-se no dia 03 de Setembro de 2013, o imóvel Lote nº. 04 que pertencente ao Projeto de Assentamento INCRA Eldorado dos Carajás para fins de atender a pretensão do requerimento para Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca na área de 9,50 ha. (nove hectares e cinquenta ares) e documentações juntadas no processo administrativo nº. 07040000482/13 e aplicabilidade da disposição em leis vigentes que competem a este órgão.

O empreendimento Lote 04 possui 0,1536 módulos fiscais, sendo que para o município de Unaí 1 módulo fiscal equivale à 65 ha.; propriedade do Sr. Antônio José Araújo Silva, conforme contrato de concessão de uso anexado a este processo na folha 06 possui uma área total de 9,9847 ha. (nove hectares, noventa e oito ares e quarenta e sete centiares), na qual existe área antropizada de 0,4847 ha. (quarenta e oito ares e quarenta e sete centiares) destinada à construção da sede.

O uso do solo será para o desenvolvimento das atividades de agricultura, horticultura, culturas anuais, avicultura entre outras necessárias a subsistência dos moradores do Lote em questão.

O aproveitamento econômico do material lenhoso será para o uso na propriedade como lenha para consumo doméstico.

A área objeto apresenta características do meio físico em solo predominante de Latossolo Vermelho, vermelho amarelo e Cambissolo; o relevo varia de plano a suavemente inclinado com declividade regular.

Verifica-se in loco que a área tem características de Cerrado Sensus Stricto típico em estágio avançado de regeneração, por isso o material lenhoso apresenta diâmetro pequeno e de modo geral volumetria baixa.

O FOBI classifica o empreendimento Lote 04 como não passível de licenciamento.

O proprietário não apresentou inventário florestal de acordo com a Resolução Conjunta IEF/SEMAD nº. 1905 de 12/08/2013 em seu Art. 28 o qual "isenta a exigência de Inventário Florestal, nos requerimentos inferiores a dez hectares".

Observou-se durante a vistoria in loco a ocorrência de árvores da espécie protegida por Lei nº. 20.308, de 27/07/12, altera a Lei nº. 1.883 de 02/11/92, o Pequiheiro Caryocar brasiliense, os quais não deverão ser suprimidos.

No lote não existe hidrologia, no entanto o imóvel faz divisa com a área de APP, a qual se encontra bem preservada.

Após pesquisa realizada no zee constatou-se que o Lote em questão tem aproximadamente 100% de sua área total considerada pelo Atlas Biodiversitas como extrema/especial para a preservação da fauna o que a Lei 18.365/2009 considera como se segue:

"Art. 27-A. O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, definirá as áreas de importância biológica especial e as de importância biológica extrema, prioritárias para a criação de unidades de conservação e para a conservação da biodiversidade, de forma integrada e coerente com o zoneamento ecológico-econômico do Estado.

§ 1º Nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da biodiversidade, somente será permitida supressão de vegetação nativa para implantação de projetos ou atividades considerados de interesse social ou de utilidade pública, mediante estudos ambientais, vedada a supressão de formações primárias."

Os projetos de assentamento são considerados de interesse social e por isso esta Lei permite a supressão na área em questão.

Durante a vistoria in loco não foram observadas presença de espécies raras, em extinção ou endêmicas.

Do ZEE - Zoneamento ecológico-econômico

Para a área objeto conforme o ZEE - Zoneamento ecológico-econômico, Coordenada UTM: Lat: 8.232.849; Long: 342.121. 23 L, Sad 69, apresenta Grau de Prioridade de Conservação da flora distribuída em: Muito Baixa e Grau de Vulnerabilidade Natural em: ALTA.

Considerações

A área objeto apresenta características do meio físico como: solo; relevo; declividade, favoráveis ao requerimento;

O material lenhoso resultante da intervenção ambiental será destinado à lenha para uso doméstico;

A proprietária apresentou o Plano de Utilização Pretendida Simplificado por se tratar de área inferior a 10 ha. em conformidade com a Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905 de 12 de agosto de 2013.

5. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas

Impactos Possíveis ao Meio

Alteração da qualidade da água pelo carreamento de sedimentos, de adubos, corretivos do solo e contaminação com agrotóxicos;

Aumento do fluxo superficial de água pela retirada da vegetação;

Menor infiltração no lençol freático devido ao escoamento superficial;

Maior evaporação com a retirada da vegetação; Alteração do Micro clima local;

Modificação da Paisagem pela substituição da área natural de cerrado; Empobrecimento do solo por perdas de nutrientes devido ao manejo do mesmo;

Alteração da estrutura do solo em função do uso de máquinas e implementos agrícolas; Susceptibilidade do solo às formações naturais de erosões;

Fuga da fauna devido ao stress com a atividade de supressão e exploração, preparo do solo com máquinas; Supressão do habitat natural; Diminuição da área útil para a fauna silvestre; Supressão da flora; Eliminação de espécies florestais; Redução do fluxo gênico da fauna e flora; Acúmulo de resíduos sólidos; Poluição atmosférica por meio de produção de poeiras e fumaças, etc.

São Medidas Mitigadoras

As áreas remanescentes nativas e R.L. não poderão sofrer nenhum tipo de intervenção antrópica, tais como: desmate/corte de árvores; roçadas/limpeza do sub-bosque; queimadas/revolvimento do solo; caça/pesca, etc., podendo somente o

isolamento/proteção destas com cerca de arame e construção de aceiros nas divisas com terceiros; Evitar o acúmulo de lixo, resíduos sólidos, produtos automotivos no local e entorno; Excluir o uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris;

Executar o desmate em mosaico, deixando assim tempo e espaço para o deslocamento da fauna para as áreas remanescentes e reserva legal.

Adotar práticas de caráter preventivas e conservacionistas na alteração no uso do solo e quanto seu uso alternativo, como: Práticas Mecânicas: arar/ gradear em nível; construção de curvas de nível/ terraceamentos nas áreas antropizadas e construção de bacias de captação/contenção de águas pluviais nas estradas e carreadores; Práticas Edáficas: Calagem; adubações, controle de pragas e doenças, Cultivo mínimo e plantio direto; e Práticas Naturais e/ou Vegetativas: Corredores naturais, exclusão de fogo, usam de variedades produtivas e sadias / resistentes, etc.

6. Conclusões

Pelo exposto, posiciona parecer técnico em condições favoráveis ao requerimento para a supressão da cobertura da vegetação nativa com destoca na área de 9,50 ha. (nove hectares e cinquenta ares), para fins de implantação de projeto de agricultura e outras atividades relacionadas à subsistência dos moradores do P.A. Eldorado dos Carajás - Lote 04 de propriedade do Sr. Antônio José Araújo Silva, sendo o mesmo responsável pela intervenção.

O aproveitamento econômico do material lenhoso será para o uso na propriedade como lenha para consumo doméstico.

O rendimento médio de lenha estimado por este órgão é de 18 m³/ha Fator de empilhamento de 1,5 com acréscimo de 15 % de tocos e raízes. O resultado total após a retirada da área já antropizada existente no Lote de 0,4847 ha. será de 171 m³ de lenha de origem nativa para uso doméstico.

Este processo será encaminhado para apreciação do Jurídico e Superintendência para prosseguimentos em julgamento pela COPA.

7. Validade

O prazo máximo para efetuar a exploração, o aproveitamento econômico do material lenhoso e a devida alteração no uso do solo proposto, serão de 24 meses.

Condicionantes

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item 01 - Construção de bacias de captação/contenção de águas pluviais nas estradas e carreadores com objetivo evitar erosões em Voçoroca;

Prazo: A partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

Item 02 - Excluir de Corte e ou Supressão as árvores de espécie protegida em lei específica, nº 20.308, de 27/07/12, altera a Lei nº. 1.883 de 02/11/92, o Pequiheiro Caryocar brasiliense e Caraíba Tabebuia; por critério técnico Aroeira Astronium urundeuva, Gonçalo Alves Astronium fraxinifolium, Vinhático Platymenia foliolosa, Sucupira branca Pterodon emarginatus e Sucupira preta (Bowdichia virgilioides), não podendo ser cortadas e ou transplantadas em hipótese alguma, Sem perturbações e Sem revolvimento do solo a uma distância mínima igual à circunferência da projeção da copa na superfície do solo;

Prazo: A partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

Item 03 - Efetuar o isolamento por meio de construção de cerca de arame das Áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente que fazem divisas com a área do imóvel destinada à pastagem quando houver.

Prazo: 120 (Cento e Vinte) dias a partir da data de recebimento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

MARINA GONÇALVES VIEIRA - MASP:

14. DATA DA VISTORIA

quarta-feira, 4 de setembro de 2013

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA nº 343/2013

O presente processo se encontra devidamente formalizado, em conformidade com o exigido pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013.

Portanto, o pleito do Requerente está apto a ser analisado e, eventualmente, CONCEDIDO, após a devida apreciação da Autoridade competente.

Unai, 14 de outubro de 2013.

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

ELZIVALDO OLIVEIRA SANTOS E SILVA - 17503 BA

17. DATA DO PARECER

segunda-feira, 14 de outubro de 2013